

## ACEITAR OU RECUSAR POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PREVISTAS EM PLATAFORMAS DE MÍDIAS SOCIAIS?\*

Emails:  
walqueline.araujo@gmail.com  
nandaflorania@gmail.com  
suenyleda@gmail.com

Walqueline da Silva Araújo, Raimunda Fernanda dos Santos, Sueny Gomes  
Leda Araújo

WALSTER, Dian. Information Policy and Social Media: Acceptor Decline. **Tech Trends**, n.61, p. 301-307, 2017.

“Política de informação: aceitar ou recusar” diz respeito ao título do artigo resultante da pesquisa realizada pela autora Dian Walster. Sob esse viés, o objetivo geral do seu estudo consistiu em analisar como as interseções entre a política de informação e as mídias sociais afetam a ética profissional e orientam a tomada de decisão, considerando o desenvolvimento profissional e a educação continuada. Walster correlaciona os elementos teóricos discutidos em sua pesquisa com os aspectos práticos. A autora utilizou a técnica de autoetnografia através da narrativa pessoal e do emprego de linguagem figurativa. O artigo enfatiza a importância das políticas de informação voltadas para as mídias sociais e as suas contribuições para a tomada de decisões instrucionais.

A autora considera as relações entre as políticas de informação e as mídias sociais para aplicação na instrução e aprendizagem, acreditando que a cultura das empresas que criam as políticas de informação subjacentes às plataformas de redes sociais, a cultura da ética profissional do design e entrega instrucional e a cultura dos alunos com suas próprias políticas de informação pessoal e informal se cruzam quando os instrutores tomam decisões para escolher e usar as redes sociais para o desenvolvimento profissional e a educação continuada. Walster especifica três momentos onde essas interseções ocorrem: (1) quando as políticas de informação das plataformas de redes sociais afetam as respostas dos usuários – uma vez que geralmente eles ignoram as políticas e as aceitam sem ler ou entender suas possíveis consequências, como privacidade e segurança; (2) nas formas como as mídias sociais são definidas e usadas nas metodologias de ensino-aprendizagem no ensino superior, tendo em vista que os tópicos abordados incluem, mas não estão limitados a: integridade das inscrições estudantis, fragmentação de informações, qualidade de informação, etc; (3) nas interseções entre ética profissional, design instrucional e crenças estudantis no que diz respeito à política de informação e às mídias sociais.

Ao projetar atividades para seus alunos, a autora destaca a importância de analisar as políticas de informação de um site de mídias sociais e percebe que essas políticas são constituídas de elementos que contemplam não só a privacidade, mas também a segurança, a propriedade da informação, o acesso à informação, a retirada ou a exclusão de informações, a divulgação de informações e muitos elementos aplicados ao desenvolvimento, uso, restrição e destruição de informações. Diante disso, ao clicar no botão “Aceitar” sobre os termos de privacidade e outras políticas de informação não é uma questão trivial.

\* Resultado de atividade realizada na disciplina Políticas de Informação, ministrada pelo prof. Gustavo Henrique de Araújo Freire no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.

Walster pontua que ao solicitar aos alunos que usem uma mídia social enquanto docente de uma disciplina, é importante reconhecer esse ambiente e as implicações para o gerenciamento de privacidade e informações dos estudantes nesse cenário. Como usuários das mídias sociais, devemos fazer escolhas sobre como compartilhar nossas informações pessoais e as nossas criações de conhecimento, podendo ser através de sites privados ou públicos. Entretanto, ao escolher plataformas de mídias sociais voltadas para estudantes no processo de ensino-aprendizagem, podemos tirar essas decisões de suas mãos. Sendo assim, ao exigir que os alunos usem uma determinada plataforma, os instrutores devem agir com ética e avaliar a mídia social com base em diversos aspectos, levando em conta que as aplicações educacionais das mídias sociais podem adicionar camadas de complexidade.

Sendo assim, em uma seção do artigo, a autora descreve e analisa um cenário profissional de ética cujas questões estão direcionadas ao Código de Ética Profissional e Tomada de Decisão Instrucional (AECT), objetivando demonstrar as interconexões entre alguns dos princípios desse Código de Ética e os tipos de decisões que os instrutores podem considerar ao selecionar ou exigir que os alunos usem uma plataforma de mídia social. Outrossim, são fornecidos exemplos (com base em experiências generalizadas) de como as políticas de informação individuais e informais podem ser experimentadas por docentes e discentes em plataformas de mídias sociais e como tais políticas podem se cruzar com a ética profissional no ensino. Walster pontua que as escolhas realizadas pelos professores em ambientes instrucionais para utilização dessas plataformas devem depender de muitos aspectos que levem em consideração, sobretudo, a privacidade e a integridade do grupo de indivíduos participantes.

Diante disso, a autora indica que, para trabalhar com alunos iniciantes, é preferível o uso de uma plataforma interna circunscrita aos limites internos de uma turma, ou seja, alguma plataforma que não seja pública no ambiente *Web*. De outro modo, quanto ao processo de ensino-aprendizagem para alunos avançados, a indicação é o uso de plataformas de redes sociais - desde que sejam fornecidas instruções e diretrizes de como suas informações podem ser vistas ou respondidas pelo público geral, havendo ensinamentos sobre política federal de informação, diretrizes de direitos autorais e propriedade intelectual, na esperança de que os alunos cumpram esses requisitos legais.

No que se referem às diferenças individuais de comunicação, estilos e preferências, é indicado que fique livre a escolha da plataforma de mídia social a ser utilizada durante a disciplina, pois essas foram as condutas adotadas por Walster quando a mesma ministrou uma disciplina na Universidade Estadual de Wayne. Destarte, uma percepção tida pela autora em sua escrita foi que os alunos são livres para escolher a mídia social que desejam utilizar fora da sala de aula, e têm sobre ela todo controle e responsabilidade de suas ações. Contudo, como alunos, estão sujeitos a seguir algumas diretrizes que os permitam estar em conformidade com as políticas de informação de um sistema de gerenciamento de aprendizagem; receber informações do instrutor sobre as mídias sociais e ferramentas que eles podem usar na disciplina. Entretanto, se o instrutor determina os sites de redes sociais para os alunos, ele tira de suas mãos a decisões de escolher

qual mídia social utilizar. Ao fazer isso, ele endossa não só o site, mas também as políticas de informações internas que o site mantém.

Com base no exposto, a autora afirma que as políticas de informação afetam, em conjunto, não apenas as nossas informações pessoais (como: nome, endereço, email, etc.), mas também as palavras, as ideias e as imagens enviadas para a plataforma de mídia social. Walster se declara cética sobre valores humanitários e igualitários defendidos por sites de redes sociais. Ela alega não está convencida de que o seu principal objetivo é nos ajudar no processo de comunicação. Dados pessoais e comportamentais colhidos sem nosso conhecimento - tornaram-se os recursos escaláveis da nova economia on-line. Diante disso, devemos estar atentos e alertas sobre os desafios e riscos que experimentamos ao pedir aos estudantes e colegas profissionais que utilizem as mídias sociais - uma vez que os aspectos positivos podem até superar as dificuldades, mas a compreensão de toda política de informação voltada para essas mídias é necessária para a decisão em aceitá-la ou recusá-la.